



PREVIDÊNCIA

Projeto continua ruim

As perdas atingem a categoria bancária e toda a classe trabalhadora

PÁGINA 4

MP 881

Medida libera o trabalho bancário aos finais de semana *Página 2*

21ª Conferência Estadual debate lutas e desafios da categoria bancária

O evento, realizado em Londrina, focou o momento político e econômico desfavorável aos trabalhadores.

Página 3



Cursos gratuitos para os bancários



Nivalda Sguissardi, diretora do Pactu em Campo Mourão

Os bancários e as bancárias sindicalizados, e seus dependentes, passam a contar com cursos destinados à formação e à preparação para obtenção de capacitação e certificação em diversas áreas, totalmente gratuitos. O benefício é garantido através de convênio entre a Contraf e o Instituto Fenae de Responsabilidade Social e os cursos serão aplicados na modalidade de Ensino à Distância.

“A parceria prevê, além da possibilidade de inscrição e execução nos módulos sem geração de custos aos interessados, a utilização das certificações para atender

necessidades profissionais de acordo com os interesses de cada participante”, afirmou Nivalda Sguissardi, diretora do Pactu em Campo Mourão.

O convênio prevê acesso gratuito aos seguintes cursos: CPA 10, CPA 20, CEA, CA 600, Bancos Públicos no Brasil, FBB 200, Introdução ao Mundo dos Vinhos, MasterMind: “Desenvolvendo uma mente poderosa”, Inglês Básico e Cozinha Básica.

Para proceder com os pedidos de inscrição os interessados devem procurar o sindicato e fazer a opção em até dois cursos simultâneos.

Comissão aprova projeto que derruba CGPAR 23

Assinado pela deputada Erika Kokay (PT-DF), o Projeto que tem por objetivo sustar os efeitos da CGPAR 23 venceu mais uma etapa, na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, onde foi aprovado por unanimidade no dia 10/07. O projeto seguirá agora para votação no plenário, onde precisará de maioria simples para ser aprovado.

A publicação da resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) atinge diretamente os planos de saúde dos trabalhadores das empresas estatais, entre eles o Saúde Caixa e a Cassi. Dentre as várias imposições destacam-se as seguintes:

a) a contribuição da empresa estatal federal para o custeio do benefício de assistência à saúde não poderá exceder a contribuição dos empregados.

b) a oferta de benefício de assistência à saúde, na modalidade autogestão, será permitida, desde que haja cobrança de mensalidade por beneficiário, de acordo com faixa etária e/ou renda e limitação da inscrição, como beneficiários dependentes de seus empregados, a cônjuge e filhos.

c) os editais de processos seletivos para admissão de empregados das empresas estatais federais não deverão prever o oferecimento de benefícios de assistência à saúde.

d) as empresas estatais federais que possuam o benefício de assistência à saúde previsto em Acordos Coletivos de Trabalho ACT deverão tomar as providências necessárias para que, nas futuras negociações, a previsão constante no ACT se limite à garantia do benefício de assistência à saúde, sem previsão de qualquer detalhamento do mesmo.

MP 881 legaliza trabalho aos finais de semana



Foto: Divulgação

Uma grande ameaça à jornada de trabalho da categoria bancária está em tramitação no Congresso Nacional. Ao relatar a Medida Provisória 881, da liberdade econômica, o deputado federal do Partido Progressista, Jerônimo Goergen (RS), incluiu artigo que autoriza o trabalho aos domingos e feriados, sem necessidade de permissão prévia do poder público. A proposta do governo mudava onze itens da legislação, mas Jerônimo propôs mudar mais de 50 itens da lei. Entre elas está a revogação da lei 4.178/62, que veda a abertura de bancos e outros estabelecimentos de crédito durante os finais de semana. O parecer foi aprovado no dia 11/07, pela comissão mista formada por deputados e senadores.

Atualmente, a legislação prevê que os trabalhadores que exercem atividade nos fins de semana e feriados tenham remuneração diferenciada pelas horas trabalhadas, além de escala especial de folgas. Com a alteração proposta por Goergen, as empresas ficariam isentas de arcar com esses direitos.

Na prática, significa mais destruição de direitos trabalhistas. Se aprovadas, as mudanças abrem caminho para muitas empresas que já exploram seus empregados, como é o caso do setor financeiro, ficarem livres para exigir trabalho nos finais de semana, inclusive sem

remuneração. “O liberalismo econômico não é a saída para a crise, porque não gera empregos e penaliza mais os trabalhadores”, afirma Wilson de Souza, diretor do Pactu em Umuarama. O dirigente lembra que algumas categorias têm regras específicas garantindo valores para alimentação e horas extras, como é o caso dos bancários, mas a medida provisória pode acabar com tudo isso. Para Souza, “a MP de Bolsonaro é um presente para os patrões, mas uma martelada contra os trabalhadores”.

A MP 881/2019 tramita em caráter de urgência e agora ela será analisada pelo plenário da Câmara. Se aprovada, será votada pelo plenário do Senado. A medida provisória perde a validade no dia 10 de setembro, caso não seja votada pelas duas Casas do Congresso até essa data.

Ataques da MP 881

- **Criação da Carteira de Trabalho digital e sem garantia de acesso efetivo para todos os trabalhadores.**
- **Criação de mecanismos que dificultam a fiscalização e autuação fiscal e retira os sindicatos do sistema.**
- **Fim do e-Social e fim da obrigatoriedade das CIPAs (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), tornando-as facultativas.**

Bancários do Paraná realizaram a 21ª Conferência Estadual

Mesa Temática de Saúde garante adiantamento emergencial

Os bancários que forem afastados do trabalho para tratamento médico, terão adiantamento emergencial de salário, mediante comprovação do recurso à junta do INSS, considerando-o inapto. Caso haja solicitação pelo bancário, os bancos também farão o parcelamento do adiantamento emergencial, correspondente a 30% do valor mensalmente, até o pagamento integral do adiantamento. Esse compromisso foi firmado pela Fenaban em reunião da Mesa Temática de Saúde, com o Comando Nacional dos Bancários e representantes do Coletivo de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT, no dia 11/07. A reunião também debateu a indicação de locais para realização de perícia médica, entre outros temas relacionados à saúde do trabalhador. Políticas de prevenção e programas de controle médico, abono das faltas dos bancários que participaram da Greve Geral de 14 de junho e licença-maternidade para casais homoafetivos femininos foram os outros temas discutidos na reunião, mas sem sinalização positiva por parte da Fenaban.



A Conferência aprofundou os debates sobre momento político e econômico e as lutas da categoria bancária

Cerca de 300 delegados e delegadas representando as dez bases sindicais da Fetec-CUT/PR, entre elas os cinco sindicatos do Pactu, participaram da 21ª Conferência Estadual dos Bancários, realizada em Londrina nos dias 20 e 21/07. Em 2019, está em vigência uma Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) que garante direitos por dois anos e reposição da inflação mais 1% de aumento real, em todas as verbas salariais, a partir de setembro. Assim, a Conferência centralizou debates no calendário de lutas para enfrentar o momento político e econômico desfavorável aos trabalhadores.

O evento, organizado pela FETEC-CUT/PR, contou com a presença de seu presidente, Júnior César Dias, e do secretário-geral da CUT Paraná, Márcio Mauri Kieller Gonçalves. A análise de conjuntura econômica e política do país teve a participação do secretário de Relações Internacionais da Contraf, Roberto Von der Osten. Já o painel sobre

saúde do trabalhador bancário foi coordenado pelo secretário de Saúde da FETEC-CUT/PR, Ademir Vidolin, e a análise sobre a reforma da Previdência teve participação do técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Sandro Silva, e dos deputados federais pelo Paraná, Enio Verri (PT) e Aliel Machado (PSB).

PACTU NA CONFERÊNCIA NACIONAL

Durante a 21ª Conferência Estadual, foram eleitos os delegados e delegadas do Paraná para a Conferência Nacional dos Bancários, de 2 a 4 de agosto, em São Paulo. A delegação do Pactu será composta pelos seguintes delegados(as): João Carlos Antunes (Paranavaí), Nivalda Sguissardi (Campo Mourão), Zelário Bremm (Toledo), Ana Paula Lorini (Umuarama) e Sandro José Zanona (Guarapuava). Wendrel Minare Vieira (Paranavaí) participará como convidado.

Contraf-CUT é contra o Revalida da Caixa

A Contraf-CUT é totalmente contrária à implementação do Revalida, nova ação de avaliação da Caixa, instituído pela nova gestão. O movimento sindical entende que é mais uma ferramenta de enfraquecimento do banco e que reforça a política do medo entre os empregados.

O Revalida não avalia todo o histórico positivo e comprovado do empregado e simplesmente o destitui da função sem critérios objetivos. "É inadmissível que um processo consolidado de avaliação, baseados em diversos critérios estabelecidos há anos e já conhecido por todos os trabalhadores, seja substituído por apenas uma entrevista", afirmou Zelário Bremm, dirigente do Pactu em Toledo e empregado da Caixa. "A avaliação fica completamente subjetiva e sujeita a represálias por questões pessoais ou ideológicas", completou. Os empregados que forem penalizados por esse tipo de reavaliação devem denunciar aos seus sindicatos.

Reforma da Previdência

Projeto continua tirando dos pobres e privilegiando os ricos

Em defesa da aposentadoria, da educação e por empregos, o Fórum Nacional das Centrais Sindicais, que reúne a CUT e demais centrais sindicais, aprovou a participação no Dia Nacional de Mobilizações, Assembleias, Paralisações e Greves, em 13 de agosto. Mesmo com algumas alterações na PEC da reforma da Previdência, o projeto substitutivo aprovado pela Câmara em primeiro turno continua muito ruim para os trabalhadores. O professor e economista Eduardo Fagnani, mestre em Ciência Política e doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), disse que a reforma não combate privilégios porque não alcança os ricos. Segundo ele, quase 80% da economia projetada pelo ministro Paulo Guedes sairá do bolso dos mais necessitados, entre eles as viúvas e os órfãos.

A segunda votação na Câmara deve acontecer em agosto e para a CUT é uma luta que ainda não está perdida. O 13 de agosto será a continuidade de uma mobilização nacional para pressionar os deputados a votarem contra o projeto, sob pena de serem rejeitados pela população nas próximas eleições. A pressão pode ser feita de várias formas: nas ruas, nas redes sociais, através de e-mails e no WhatsApp dos parlamentares.



O QUE MUDOU NO TEXTO

- 1- Os homens que já são contribuintes poderão se aposentar com 15 anos de contribuição. Aqueles que começarem a contribuir após a Reforma, só conseguirão se aposentar com no mínimo 20 anos de contribuição.
- 2- Os profissionais da segurança pública que já estão na ativa, poderão se aposentar com idade mínima de 53 anos (homem) e 52 anos (mulher).
- 3- Redução em três anos para a idade mínima de aposentadoria dos professores. As professoras que já estão na ativa poderão requerer a aposentadoria aos 52 anos e os professores aos 55. O primeiro texto da reforma exigia 55 anos de idade mínima para as mulheres e 58 para os homens.
- 4- As mulheres terão direito à aposentadoria integral com 35 anos de contribuição. A proposta original exigia 40 anos para homens e mulheres.
- 5- A proposta de capitalização foi retirada do texto, assim como as mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e na aposentadoria rural.

O PROJETO CONTINUA MUITO RUIM

Apesar de pequenos avanços, conquistados por meio de destaques da bancada que representa os trabalhadores na Câmara, o projeto da reforma continua péssimo para a classe trabalhadora, mas mantém privilégios nos altos escalões do poder.

Entre muitos outros pontos negativos, a proposta de Bolsonaro e Paulo Guedes acaba com o tempo de contribuição e exige que, para se aposentar, o trabalhador tenha atingido a idade mínima de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres). Se tiver apenas 15 anos de contribuição, só irá receber 60% do salário. Para receber o salário integral terá que

contribuir por 40 anos (homens) e 35 (mulheres), mas com um detalhe: deverá ter idade mínima, caso contrário será obrigado a continuar trabalhando. Para quem está próximo de se aposentar e se encaixa nas chamadas regras de transição, a proposta governamental estabelece várias regras diferentes, todas elas dificultando o acesso e diminuindo o valor do benefício. Em alguns casos, a perda pode atingir até 700 reais no valor da aposentadoria. Para receber o benefício integral, esse trabalhador terá que trabalhar cinco anos ou mais para se aposentar. O projeto substitutivo também mantém corte no valor

de aposentadoria e pensões por morte, quando acumulados, inclusive com a possibilidade de receber benefício menor que um salário mínimo. A redução da média salarial vai impactar na vida do trabalhador, mas isto não importa para o governo sob a alegação de que é uma medida necessária para "salvar" a economia do país. Mas enquanto retira direitos dos trabalhadores, o governo privilegia os grandes devedores da Previdência, entre eles os banqueiros, com isenções e benefícios que chegam a 60 bilhões de reais por ano. Para a CUT, há motivos de sobra para que a população entre de vez nessa luta.